

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 2541/21](#) , que prorroga de dezembro de 2021 para dezembro de 2026 a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, considerados alguns dos mais intensivos em mão de obra .

Os setores são:

- 1. calçados,
- 2. call center,
- 3. comunicação,
- 4. confecção / vestuário,
- 5. construção civil,
- 6. empresas de construção e obras de infraestrutura,
- 7. couro,
- 8. fabricação de veículos e carroçarias,
- 9. máquinas e equipamentos,
- 10. proteína animal,
- 11. têxtil,
- 12. TI (tecnologia da informação),
- 13. TIC (tecnologia de comunicação),
- 14. projeto de circuitos integrados,
- 15. transporte metroferroviário de passageiros,
- 16. transporte rodoviário coletivo e
- 17. transporte rodoviário de cargas.

Uma comissão acolheu parecer favorável do relator, deputado [Jerônimo Goergen \(PP-RS\)](#) . “A extinção da desoneração da folha representaria obstáculo à manutenção e à geração de empregos, pois agravaria custos de contratação para os setores importantes da indústria, dos serviços, dos transportes e da construção”, disse.

“A pandemia da Covid-19 impõe incertezas sobre a recuperação econômica no curto prazo. O ritmo da retomada não se encontra num patamar satisfatório, e os segmentos mais diretamente afetados pelo distanciamento social continua bastante deprimidos. Por isso, não parece oportuno retirar os estímulos fiscais hoje existentes, em especial os de natureza tributária ”, afirmou Goergen.

A proposta aprovada altera a [Lei 12.546 / 11](#) , que trata de temas tributários. O texto também eleva em um ponto percentual a alíquota de Cofins-Importação para um conjunto de produtos, de forma a equilibrar os custos entre bens procurados no Brasil e no exterior.

“Proponho a continuidade da desoneração da folha de pagamentos para todos os setores que atualmente se valem dela, a fim de promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico”, disse o autor, deputado [Efraim Filho \(DEM-PB\)](#) . Já o aumento da Cofins-Importação visa proteger os fabricantes brasileiros.

Vetos presidenciais

Em 2020, o Congresso Nacional aprovou o aumento da Cofins-Importação nos itens que concorrem com a produção de setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamentos. No entanto, ao sancionar a [Lei 14.020 / 20](#) , o presidente Jair Bolsonaro vetou esse ponto, e o Congresso manteve o veto.

Na ocasião, Bolsonaro também vetou uma prorrogação, até o próximo dia 31 de dezembro, da desoneração da folha para os mesmos 17 setores. O Congresso, no entanto, derrubou esse veto. Na Câmara dos Deputados foram 430 votos a 33 em defesa da desoneração. No Senado, 64 votos a 2.

Segundo o governo, a desoneração até o final deste ano custará R \$ 10 bilhões aos cofres públicos. O mecanismo permite que as empresas paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez de 20% sobre a folha de salários. Os setores beneficiados dizem que isso ajuda a manter 6 milhões de empregos.

No projeto, Efraim Filho não estimou os custos da eventual nova prorrogação. “Uma análise do impacto orçamentário e das possíveis compensações, assim como de medidas para uma boa governança e a prudência fiscal, pode ocorrer durante o processo legislativo, com a oportunidade de diálogo com o Poder Executivo”, disse.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Ralph Machado

Edição - Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Ministro do trabalho defende prorrogação da desoneração da folha de pagamento

BRASÍLIA - O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, defendeu, nesta quarta-feira, a manutenção da [desoneração da folha de salários](#) para 17 setores intensivos em mão-de-obra.

Ao participar de evento da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), ele disse que a medida poderá valer temporariamente por até três anos.

O assunto está sendo discutido no Congresso Nacional. Onyx disse aguardar uma solução nas próximas semanas.

Celeridade : [Relator de proposta da desoneração da folha pede votação rápida para evitar desemprego em 2022](#)

- Não tenho nenhuma dúvida de que nessa retomada, por um ano, dois ou três anos, deveria ser fazer um acordo e votar pela manutenção desses setores, que são intensivos em mão-de-obra. O Brasil precisa de fôlego para essa retomada que a gente tem que fazer da economia - disse o ministro.

Após o fim do prazo, seria feita uma avaliação antes de acabar com a desoneração, observou Onyx.

A proposta avaliada na Câmara dos Deputados prevê a prorrogação da folha da desoneração da folha de pagamento [até 2026](#) para esses 17 setores.

O deputado delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já que, caso a medida não seja aprovada, o país pode ter 3 milhões de desempregados a partir de 2022.

Ministério da Economia resiste

O Ministério da Economia é contra a medida, que custaria R \$ 8,3 bilhões aos cofres públicos em 2022.

O ministro Paulo Guedes costuma dizer que os encargos que incidem sobre a folha de pagamentos são uma máquina de destruição em massa de empregos, e defende a desoneração para todas as empresas.

Para compensar a perda de arrecadação, uma sugestão dele seria a criação de um imposto digital, nos moldes da antiga CPMF. Não há consenso sobre tal medida no Congresso.

A desoneração começou em 2011

Desde 2011, uma lei permite que alguns setores façam a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos por uma porcentagem da receita bruta das empresas.

Na Câmara : [Lira diz que o Congresso estuda solução permanente para desoneração da folha de pagamento](#)

Entre os beneficiários estão os setores da indústria (como couro, calçados, confecções, têxtil, aves, suínos), serviços (como TI, call center, hotéis), (transportes rodoviário de carga, aéreo), construção e outros.

Geralda Doca - O Globo